

**C.I.I.B – Centro de Integração
Industrial Brasileira Ltda.**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da
C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- a) Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, identificamos, por meio de confirmações obtidas diretamente dos assessores jurídicos externos da Sociedade, divergências quanto ao prognóstico de perda e ao valor provável de perda de determinados processos judiciais. Ademais, em 31 de dezembro de 2017, nosso relatório continha modificação relacionada, também, a divergências na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 16). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, o passivo encontra-se subavaliado em R\$864 mil (superavaliado em R\$1.794 mil em 31 de dezembro de 2017), o patrimônio líquido negativo encontra-se superavaliado em R\$864 mil (subavaliado em R\$1.794 mil em 31 de dezembro de 2017) e o resultado do exercício encontra-se superavaliado em R\$2.658 mil (subavaliado em R\$1.794 mil em 31 de dezembro de 2017).
- b) Em 31 de dezembro de 2017, nosso relatório continha modificação relacionada ao fato de a Sociedade não ter procedido ao registro contábil de determinadas despesas incorridas naquele exercício. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, o resultado do exercício está subavaliado no montante de R\$2.094 mil.
- c) Em 31 de dezembro de 2017, nosso relatório continha modificação relacionada à reversão do saldo de impostos diferidos ativos, no montante de R\$6.375 mil, reconhecidos indevidamente em exercícios anteriores. Consequentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 também contém ressalva devido ao possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e dos valores correspondentes apresentados para fins de comparação nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

- d) Em 31 de dezembro de 2017, nosso relatório continha modificação relacionada ao fato de a Sociedade haver recebido uma autuação fiscal em anos anteriores, tendo reconhecido a provisão referente à compensação indevida de créditos de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no ano-calendário 2012, no montante de R\$3.061 mil, em 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 também contém ressalva devido ao possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e dos valores correspondentes apresentados para fins de comparação nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- e) Em 31 de dezembro de 2017, nosso relatório continha modificação relacionada ao fato de o saldo de depósitos judiciais da Sociedade, em períodos anteriores, encontrar-se subavaliado em R\$311 mil por conta do efeito líquido referente à ausência de atualização monetária e a valores depositados judicialmente sem o devido suporte documental; o saldo da provisão para riscos trabalhistas em anos anteriores encontrava-se subavaliado em R\$448 mil em decorrência da falta de atualização monetária, sendo o efeito líquido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$137 mil. Consequentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 também contém ressalva devido ao possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e dos valores correspondentes apresentados para fins de comparação nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- f) Em 31 de dezembro de 2017, nosso relatório continha modificação relacionada às divergências na rubrica "Provisão de férias" e aos encargos correspondentes. Dessa forma, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontrava-se subavaliado em R\$311 mil. Consequentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 também contém ressalva devido ao possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e dos valores correspondentes apresentados para fins de comparação nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que, em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade apresenta insuficiência de capital circulante no montante de R\$12.968 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$132.712 mil e fluxo de caixa operacional negativo no montante de R\$27.368 mil no exercício findo nessa data. O conjunto dessas condições indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. As demonstrações financeiras anteriormente referidas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Sociedade, assumindo que o cotista controlador continuará a fornecer os recursos financeiros necessários para fazer frente às necessidades de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Sociedade mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2019

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Manoel Pinto da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2 "T" MG

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45	7.063	Fornecedores	10	5.462	15.002
Contas a receber de clientes	5	47.479	53.410	Salários, provisão de férias e encargos sociais	11	3.167	3.515
Adiantamentos a fornecedores		406	11.967	Impostos e contribuições a recolher	12	1.030	1.789
Impostos e contribuições a recuperar	6	3.827	2.222	Adiantamentos de clientes	13	30.151	64.938
Partes relacionadas	7	84	127	Partes relacionadas	7	21.427	1.043
Outros ativos circulantes		<u>1.125</u>	<u>1.657</u>	Provisões diversas	14	4.606	3.515
Total do ativo circulante		<u>52.966</u>	<u>76.446</u>	Receita antecipada	15	9	6.089
				Outros passivos circulantes		<u>82</u>	<u>5</u>
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		<u>65.934</u>	<u>95.896</u>
Impostos e contribuições a recuperar	6	9.466	9.284	NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	16.4	3.507	4.313	Provisões diversas	14	1.206	1.087
Imobilizado e intangível	9	<u>1.802</u>	<u>2.778</u>	Provisão para riscos trabalhistas e outros	16.2	<u>7.798</u>	<u>8.315</u>
Total do ativo não circulante		14.775	16.375	Total do passivo não circulante		<u>9.004</u>	<u>9.402</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
				Capital social	17.a	128.515	128.515
				Prejuízos acumulados		<u>(135.712)</u>	<u>(140.992)</u>
				Total do patrimônio líquido negativo		<u>(7.197)</u>	<u>(12.477)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>67.741</u>	<u>92.821</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>67.741</u>	<u>92.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	70.562	76.876
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(51.610)	(67.282)
LUCRO BRUTO		<u>18.952</u>	<u>9.594</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(15.946)	(19.463)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	<u>2.996</u>	<u>9</u>
		(12.950)	(19.454)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>6.002</u>	<u>(9.860)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	1.197	1.088
Despesas financeiras	20	(2.041)	(888)
Variação cambial, líquida	20	<u>122</u>	<u>53</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(722)	253
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>5.280</u>	<u>(9.607)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	-	(6.375)
		-	(6.375)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>5.280</u>	<u>(15.982)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	5.280	(15.982)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>5.280</u>	<u>(15.982)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	128.515	(125.010)	3.505
Prejuízo do exercício	-	(15.982)	(15.982)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>128.515</u>	<u>(140.992)</u>	<u>(12.477)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	5.280	5.280
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>128.515</u>	<u>(135.712)</u>	<u>(7.197)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5.280	(15.982)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9/19	679	1.317
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	6.375
Reversão de provisão para multa rescisória de FGTS	14	(485)	(2.338)
Reversão de provisão para riscos tributários e trabalhistas	16.2	(517)	(1.045)
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado		(293)	753
Provisão de férias	19	(852)	(1.850)
Provisões diversas	14/19	1.695	(980)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	-	15
Juros sobre empréstimos, arrendamento mercantil e outros	20	1.740	563
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	5.931	(22.417)
Adiantamentos a fornecedores		11.561	(10.445)
Impostos e contribuições a recuperar	6	(1.787)	(4.025)
Depósitos judiciais	16.4	806	759
Outros ativos		533	(1.366)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	(9.540)	10.819
Salários, provisão de férias e encargos sociais		505	(1.356)
Impostos e contribuições a recolher	12	(759)	(4.063)
Adiantamentos de clientes	13	(34.787)	52.923
Partes relacionadas		80	73
Receita antecipada	15	(6.080)	-
Outros passivos		76	(191)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(26.214)	7.539
Juros pagos sobre empréstimos, arrendamento mercantil e outros		(1.154)	(563)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(27.368)	6.976
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	9	(370)	(1.071)
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado		960	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		590	(1.071)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos com partes relacionadas		38.310	-
Amortização do principal de empréstimos com partes relacionadas		(18.550)	-
Amortização do principal de arrendamento mercantil		-	(538)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		19.760	(538)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.018)	5.367
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	7.063	1.696
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	45	7.063
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.018	5.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valor expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. ("Sociedade") é uma subsidiária integral da Vinci Energies International, com sede na França, especialista mundial em projetos, instalação e manutenção de sistemas e subsistemas para a indústria, infraestrutura e telecomunicações, bem como sistemas aplicados a edificações. Atualmente, a sede da Sociedade está localizada à Rua Alcides Ricardini Neves, 12, Cidade Monções, São Paulo (SP) – Brasil.

A Sociedade tem como principais atividades no Brasil, na área de contratos, o estudo, o projeto e a execução de obras de engenharia em geral, automação e sistemas de controle, automação predial, comunicação e dados de voz, montagem industrial, sistemas elétricos, climatização e contratos no sistema "turnkey". Na área de serviços, manutenção industrial, predial e de infraestrutura, gerenciamento de utilidades e facilidades, paradas industriais, "revamping", serviços elétricos e mecânicos em máquinas rotativas e alternativas e transferência de plantas.

Continuidade das operações

Em 31 de dezembro de 2018, a sociedade apresenta insuficiência de capital circulante líquido no montante de R\$12.968 (R\$19.451 em 31 de dezembro de 2017), bem como patrimônio líquido negativo no montante de R\$7.197 (R\$12.478 em 31 de dezembro de 2017). A Administração, com base em seu plano de negócios e considerando o contínuo suporte financeiro de seu cotista controlador, não prevê dificuldades quanto à liquidação de suas obrigações de curto prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os principais aspectos abordados a serem desenvolvidos nos próximos anos, em relação à melhoria dos resultados operacionais, são como segue:

- Desenvolvimento comercial relacionado a serviços com foco nas atividades de instalações elétricas e automação, incluindo a contratação de especialistas.
- Aumento do rigor aplicado pelo comitê de aprovação de novos negócios no Brasil, permitindo apenas novas propostas com margens positivas, após alocação total dos custos envolvidos.
- Redimensionamento da Sociedade, objetivando a redução das despesas com pessoal e de custos fixos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras da Sociedade estão sendo apresentadas em conformidade com a orientação técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração da Sociedade confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Sociedade e com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras da Sociedade são elaboradas com base em sua respectiva moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual opera. A Sociedade definiu o Real (R\$) como sendo a sua moeda funcional.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), que é a moeda funcional de apresentação da Sociedade.

2.4. Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço, quando aplicável. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial", quando aplicável. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

Os ativos e passivos em reais (R\$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são corrigidos na data do balanço pela aplicação do índice de correção correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício em bases correntes.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

2.6. Contas a receber de clientes e Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Estão registrados os saldos decorrentes de prestações de serviços e vendas de mercadorias atreladas à atividade operacional da Sociedade.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência e na perda esperada (conforme Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros), na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, sejam por via administrativa ou judicial.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.8. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o Princípio da Competência dos Exercícios Societários ("regime de competência") para registro do ativo. As despesas antecipadas estão representadas, substancialmente, por despesas na contratação de seguros (nota explicativa nº 23).

2.9. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Sociedade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Em função desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Sociedade continue questionando as ações.

Nessas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Sociedade, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável à Sociedade. Quando aplicável, os depósitos judiciais são registrados contabilmente no ativo não circulante e são considerados como atividades de investimento para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

2.10. Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9.

A taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

Considerando os conceitos estabelecidos pela Interpretação Técnica ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, a Sociedade recebeu terrenos e edificações no acervo líquido incorporado para os quais foram adotados o custo atribuído, quando da adoção dos CPCs, em 1º de janeiro de 2010.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

2.12. Ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado.

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e/ou cambiais e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido ("pro rata temporis") até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de doze meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes.

2.13. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Sociedade.

2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras segundo a Administração da Sociedade.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

2.15. Passivos circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. As obrigações vencíveis (incluindo os empréstimos de partes relacionadas) até o prazo de 12 meses da data do balanço estão apresentadas como passivos circulantes.

2.16. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados nos ativos circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Impostos diferidos

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos, pelo saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na medida em que não seja provável a realização de lucros tributáveis disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

c) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2.18. Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Sociedade espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. As receitas operacionais são reconhecidas quando existe evidência convincente de que a Sociedade transferiu o controle da mercadoria ou prestou o serviço aos clientes. A Sociedade transfere o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo.

a) Receita de vendas de produtos

A receita de vendas de produtos serviços são reconhecidas quando todas as seguintes condições forem satisfeitas (obrigação de performance satisfeita em momento específico no tempo):

- A Sociedade possui um direito presente a pagamento pelo ativo.
- O cliente possui a titularidade legal do ativo.
- A Sociedade transferiu a posse física do ativo.
- O cliente possui os riscos e os benefícios significativos da propriedade do ativo.
- O cliente aceitou o ativo.

b) Receita de prestação de serviços

As receitas de contratos compreendem o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de termos aditivos, de reclamações e dos pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que eles resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Para os contratos de longo prazo, a receita é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato. Para fins de determinação do estágio de execução, o método utilizado considera a proporção entre o custo incorrido e o custo total orçado para cada contrato.

Os montantes relativos aos trabalhos executados, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes".

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Os valores recebidos antes do efetivo faturamento do correspondente trabalho são registrados no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes".

A diferença entre as receitas reconhecidas pelo estágio de avanço da execução do projeto e os montantes fiscais faturados são reconhecidos como ativo, na rubrica de "Valores a receber - A faturar".

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando todas as seguintes condições forem satisfeitas (obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo):

- O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Sociedade à medida que a Sociedade efetiva o desempenho.
- O desempenho por parte da Sociedade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado.
- O desempenho por parte da Sociedade não cria um ativo com uso alternativo para a Sociedade e a Sociedade possui um direito executável a pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre a prestação dos serviços (nota explicativa nº 18).

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a efetuar a compra ou a venda, e, para aqueles não classificados na categoria "valor justo por meio do resultado", esse valor inclui todos os custos incorridos na operação

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em três principais categorias, sendo elas: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

- i. **Custo amortizado:** compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para os exercícios apresentados, a Sociedade possui caixa e equivalentes de caixa e contas a receber nesta categoria.
- ii. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"):** esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, enquanto os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

Para investimentos específicos em instrumentos patrimoniais, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, a Administração pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. A Sociedade não possui ativos financeiros nesta categoria.

iii. Valor justo por meio do resultado ("VJR"): os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

A Administração também pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável um ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos, e respectivos ganhos e perdas, em bases diferentes. A Sociedade não possui ativos financeiros nesta categoria.

Todos os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, que não são mensurados ao VJR possuem seu valor recuperável avaliado a cada data de balanço. Ativos financeiros são considerados sob a perspectiva de perda do valor recuperável quando houver evidência objetiva que, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento tenham sido afetados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade não reconheceu perdas no valor recuperável de ativos financeiros.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou a Sociedade transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido.

Ao baixar um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida será reconhecida no resultado.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

e) Compensação entre ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido.

2.20. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para perda por obsolescência dos estoques, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, estimativa de custos orçados e margens para os contratos, mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros e não financeiros, realização dos impostos diferidos e continuidade operacional ("going concern"). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos subsequentemente, são discutidas a seguir:

a) Custos orçados dos projetos

Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Sociedade quando determinados.

b) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

c) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Sociedade utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Sociedade determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS E AINDA NÃO ADOTADAS

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2018

No exercício corrente, a Sociedade aplicou diversas emendas e novas interpretações às Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") e aos CPCs emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Accounting Standards Board" – IASB) e pelo CPC, respectivamente, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018.

- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros – introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. A Administração realizou estudos e avaliou que a aplicação dessa norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade, exceto por divulgações complementares incluídas em notas explicativas.
- CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes – introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços. A Administração da Sociedade avaliou e concluiu que a sua adoção não tem impactos significativos nas demonstrações financeiras considerando que esta controla e contabiliza as receitas dos projetos utilizando-se do método de Porcentagem de Conclusão ("Percentage of Completion – POC"). O montante de receita reconhecido tem como base o percentual de conclusão das obras, considerando a estimativa de custos incorrido e a incorrer, satisfazendo as obrigações de performance. Em tempo, as receitas oriundas de industrialização e vendas são reconhecidas quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não efetivas e não adotadas

- CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamento Mercantil - em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 – "Leases" (ou CPC 06 – Arrendamento Mercantil), que especifica regras para reconhecimento, mensuração e divulgação de contratos de arrendamento. O pronunciamento estabelece um modelo único de reconhecimento para o arrendador, em que os contratos têm o Ativo, correspondente ao direito de uso dos bens e, o Passivo correspondente ao valor presente líquido dos contratos, ambos reconhecidos no balanço da Sociedade. As exceções incluem contratos de curto prazo, inferior a 12 meses, e contratos de pequeno valor. O pronunciamento será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo a adoção antecipada permitida nos casos em que esta, ocorrer também para a IFRS 15 ou CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes. A Sociedade está realizando estudos preliminares para avaliar o impacto da adoção da IFRS 16/CPC 06 a partir de 1º de janeiro de 2019. Os efeitos quantitativos, se houver, advindos desse pronunciamento técnico ainda não se encontram totalmente mensurados na data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	35	178
Aplicações financeiras (*)	<u>10</u>	<u>6.885</u>
Total	<u><u>45</u></u>	<u><u>7.063</u></u>

(*) As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins, visto que a Sociedade considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira automática na conta corrente em Certificado de Depósito Bancário – CDB, mantida junto ao Banco Itaú, estando sujeita a um risco insignificante de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Duplicatas a receber	2.839	12.520
Faturas a emitir – obras em execução ⁽ⁱ⁾	<u>44.658</u>	<u>40.908</u>
	47.497	53.428
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(18)</u>	<u>(18)</u>
Total	<u>47.479</u>	<u>53.410</u>

- (i) As faturas a emitir representam os saldos correspondentes ao registro contábil de reconhecimento de receita com base nos custos incorridos dos contratos de prestações de serviços, os quais ainda não foram efetivamente faturados.

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	1.344	6.089
Créditos vencidos:		
Até 30 dias	901	202
De 31 a 60 dias	13	-
De 61 a 90 dias	-	182
De 91 a 180 dias	473	131
Acima de 180 dias ⁽ⁱⁱ⁾	<u>108</u>	<u>5.916</u>
Total	<u>2.839</u>	<u>12.520</u>

- (ii) O montante vencido há mais de 180 dias refere-se, substancialmente, a retenções previstas contratualmente, que serão recebidas pela Sociedade seja na conclusão dos projetos ou no atendimento aos marcos contratuais pré-estabelecidos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	(18)	(3)
Adições	-	(29)
Baixas	-	14
Saldo no fim do exercício	<u>(18)</u>	<u>(18)</u>

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda – IRPJ e contribuição social – CSLL	9.459	9.118
INSS retenção para clientes	2.228	96
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	879	932
PIS e COFINS a recuperar	550	680
ICMS a recuperar	158	513
Outros	19	167
Total	<u>13.293</u>	<u>11.506</u>
Circulante	3.827	2.222
Não circulante	9.466	9.284

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante:		
Vinci Energies Portugal	84	84
Vinci Energies Systemes D'Information	-	43
Total	<u>84</u>	<u>127</u>
Passivo circulante:		
Oengenharia (*)	20.374	-
Vinci Energies Management	708	871
Vinci Energies Systemes D'Information	169	-
Vinci Energies	168	130
Eresis	8	42
Total	<u>21.427</u>	<u>1.043</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas (despesas):		
Oengenharia (*)	(770)	(1.165)
Eresis	(145)	(102)
Vinci Energies Management	(125)	(319)
Vinci Energies Systemes D'Information	(120)	(456)
Vinci Energies	(4)	(20)
Actemium Process Automotive	-	113
Plant Solutions Zjud-Oost BV	-	(36)
Total	<u>(1.164)</u>	<u>(1.985)</u>

(*) O empréstimo será liquidado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo remunerado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido de juros de 0,37% ao mês.

As operações acima apresentadas referem-se, substancialmente, a reembolso de despesas e transações de compras e vendas entre as partes, sendo praticadas em condições acordadas entre as partes. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, as entidades acima listadas se referem a coligadas da Sociedade.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto de renda e a contribuição social. Os saldos de impostos diferidos no final de cada exercício são calculados utilizando a taxa em vigor e os saldos fiscais vigentes em cada final de exercício incluem impostos a serem pagos atualmente (nota explicativa nº 2.16).

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social com base no regime tributário de lucro real. As despesas e os benefícios com o imposto de renda e a contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontram-se apresentadas na reconciliação do imposto entre a alíquota oficial e a alíquota efetiva a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	5.281	(9.607)
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito (despesa) de impostos de renda e da contribuição social às alíquotas nominais	(1.796)	3.266
Baixa dos impostos diferidos reconhecidos em exercícios anteriores	-	(6.375)
Créditos tributários não constituídos	<u>1.796</u>	<u>(3.266)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>(6.375)</u>

Em 2018 não houve alterações e, em 2017, a Sociedade realizou o estorno total de seus créditos tributários, no montante de R\$6.375, pelo fato de não possuir expectativa de realização desses ativos.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Softwares	Instalações e edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Total do ativo
<u>Vida útil (Em anos)</u>	5	10	10	10	5	5	
<u>Custos</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.496	658	605	3.795	5.442	1.992	13.988
Adições	768		44	137		122	1.071
Ativações			23			(23)	-
Baixas	(90)	(203)	(68)	(340)	(3.340)	(27)	(4.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.174	455	604	3.592	2.102	2.064	10.991
Adições	95		4	241		29	370
Baixas	(187)	(107)	(89)	(721)	(1.869)	(204)	(3.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>2.081</u>	<u>348</u>	<u>519</u>	<u>3.112</u>	<u>233</u>	<u>1.889</u>	<u>8.183</u>
<u>Depreciação</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.222	167	445	3.028	3.602	1.747	10.210
Adições	176	62	80	263	623	113	1.317
Ativações	-	-	4	-	-	(4)	-
Baixas	(90)	(82)	(63)	(293)	(2.779)	(8)	(3.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.308	147	466	2.998	1.446	1.848	8.212
Adições	208	36	48	191	113	83	679
Baixas	(104)	(34)	(88)	(678)	(1.402)	(204)	(2.510)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.412</u>	<u>149</u>	<u>426</u>	<u>2.511</u>	<u>156</u>	<u>1.726</u>	<u>6.381</u>
<u>Valor residual</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2018	669	199	93	601	77	162	1.802
Saldos em 31 de dezembro de 2017	866	308	137	594	657	216	2.778
Saldos em 31 de dezembro de 2016	274	491	159	767	1.841	245	3.777

10. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões para fornecedores a pagar	3.868	13.190
Fornecedores	<u>1.594</u>	<u>1.812</u>
Total	<u>5.462</u>	<u>15.002</u>

11. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.279	1.259
Provisão de férias	869	1.178
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	328	441
Salários	252	388
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	140	197
Outros	299	52
Total	<u>3.167</u>	<u>3.515</u>

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto sobre Serviços – ISS	619	612
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	346	166
Parcelamento de impostos curto prazo (*)	40	380
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	10	21
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	556
Outros	15	54
Total	<u>1.030</u>	<u>1.789</u>

(*) A movimentação do parcelamento de impostos no decorrer do exercício apresentamos a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	380	-
Parcelamento	-	4.537
Reapuração	(9)	-
Compensação com prejuízos fiscais	(331)	(3.533)
Pagamento de principal e juros	-	(623)
Saldo no final do exercício	<u>40</u>	<u>380</u>

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos de adiantamentos de clientes nos montantes de R\$31.151 e R\$64.938, respectivamente, se refere a recebimentos antecipados utilizados pela Sociedade, substancialmente, na importação de materiais elétricos e mecânicos utilizados em projetos.

14. PROVISÕES DIVERSAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para rescisões contratuais - FGTS ^(a)	805	1.290
Provisão para perdas contratuais ^(b)	4.856	2.892
Provisão para aviso prévio ^(c)	151	229
Outras provisões	-	191
Total	<u>5.812</u>	<u>4.602</u>
Circulante	4.606	3.515
Não circulante	1.206	1.087

- (a) Provisão para indenizações sobre rescisões correspondentes a multas rescisórias de 50% sobre os depósitos de FGTS, constituída durante a execução dos contratos de longo prazo e de manutenção, para os empregados contratados especificamente para esses contratos.
- (b) As provisões relacionadas ao negócio são compostas, substancialmente, por:
- (i) Provisões para multas contratuais ainda em discussão junto aos clientes.
 - (ii) Provisões para coberturas de garantias sobre projetos concluídos.
 - (iii) Provisão para cobertura de custos com desmobilização de projetos em fase de conclusão.
 - (iv) Provisão para os projetos com seus clientes cujos resultados apresentam-se de forma onerosa
- (c) Provisão de aviso prévio demissional referente à obrigação de 3 (três) dias de trabalho a mais por ano, sendo o valor ajustado mensalmente com base na remuneração dos funcionários.

15. RECEITA ANTECIPADA

As receitas faturadas antecipadamente são apropriadas ao resultado do exercício quando cumprida a obrigação de performance. Esta representa uma obrigação presente da Sociedade para com o cliente e espera-se resultar na saída de recursos da Sociedade (entrega do bem e/ou prestação do serviço). A Sociedade avaliou os saldos e o prazo para cumprimento das obrigações de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo de receitas antecipadas, líquido de contas a receber, é de R\$9 e R\$6.089, respectivamente.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E OUTROS

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis, dentre outros assuntos.

16.1. Ativos contingentes

A Sociedade não possui ativos contingentes contabilizados.

16.2. Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável

Durante o curso normal de suas atividades, a Sociedade está exposta a reclamações de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Sociedade.

A Administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhista	7.677	8.315
Cível	121	-
Total	<u>7.798</u>	<u>8.315</u>

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas e cível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	8.315	9.360
Adições	804	1.165
Baixas	<u>(1.321)</u>	<u>(2.210)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>7.798</u>	<u>8.315</u>

16.3. Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes de R\$32.128 e R\$35.481, respectivamente, referente a causas de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionados em seus livros.

Do referido montante, cerca de R\$18.928 (R\$18.121 em 31 de dezembro de 2017) (montante relativo somente a Sociedade. O valor total da ação é R\$189.281) referem-se à ação judicial movida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com relação a inadimplemento contratual, em que a Sociedade é parte com outras duas empresas de renome internacional. A Sociedade seria a responsável pela montagem dos equipamentos desse contrato, com participação de 10% do total contratado. O processo movido pela ECT foi avaliado com possibilidade de perda possível pelos assessores jurídicos da Sociedade.

Adicionalmente, a Sociedade é parte no processo administrativo, no montante de R\$8.003 (R\$8.003 em 31 de dezembro de 2017) do Tribunal de Contas da União, atrelado a reabertura de processo para investigação de sobrepreço em um contrato firmado por um consórcio no qual a extinta Cegelec Ltda., antiga denominação social da Sociedade, participou em 2007.

16.4. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão vinculados, substancialmente, às contingências trabalhistas e estão classificados no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo de depósitos judiciais é de R\$3.507 e R\$4.313, respectivamente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital subscrito, totalmente integralizado, é de R\$128.515, dividido em 128.514.682 cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. A composição do capital social é como se segue:

<u>Cotistas</u>	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>% de participação</u>	<u>Capital social</u>
Vinci Energies do Brasil Engenharia e Participações	128.514.681	100	128.515
Dominique Ferreira	1	-	-
Total	<u>128.514.682</u>	<u>100</u>	<u>128.515</u>

17.2. Política de distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

O contrato social da Sociedade prevê que os cotistas terão direito a um dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido ajustado e a Sociedade poderá levantar semestralmente, ou em períodos menores, balanços intercalares, para qualquer finalidade, inclusive verificação de resultados e, com base nestes, distribuir lucros ou bonificações.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a receita líquida de vendas e serviços prestados é composta conforme a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	84.146	88.721
Deduções da receita bruta:		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(5.682)	(4.066)
Imposto sobre Produtos Industrializados	(371)	(41)
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	(345)	(2.214)
Programa de Integração Social	(1.282)	(985)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(5.904)	(4.538)
Total das deduções da receita bruta	<u>(13.585)</u>	<u>(11.844)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>70.562</u>	<u>76.876</u>

19. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, as informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Materiais para execução dos serviços	(28.626)	(19.978)
Outros custos para execução dos serviços	(16.261)	(21.868)
Salários, ordenados e encargos sociais	(14.730)	(35.380)
Serviços de terceiros	(3.514)	(5.761)
Viagens, eventos e treinamentos	(1.390)	(3.408)
Reversões (provisões) diversas	(1.315)	3.270
Provisão de férias	(852)	(1.850)
Depreciação e amortização	(679)	(1.317)
Reversão de provisão para riscos	621	1.045
Aluguel de veículos e edifícios	(411)	(999)
Aluguel de equipamentos	(399)	(499)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.997	9
	<u>(64.559)</u>	<u>(86.736)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(51.610)	(67.282)
Despesas gerais e administrativas	(15.946)	(19.463)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.997	9
	<u>(64.559)</u>	<u>(86.736)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	232	804
Descontos obtidos	44	99
Outras receitas financeiras	921	185
	<u>1.197</u>	<u>1.088</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos, empréstimos e arrendamentos mercantis	(1.573)	(563)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(361)	(79)
Outras despesas financeiras	(107)	(246)
	<u>(2.041)</u>	<u>(888)</u>
Variação cambial:		
Variação cambial credora	156	65
Variação cambial devedora	(34)	(12)
	<u>122</u>	<u>53</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(722)</u>	<u>253</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

Como política de gestão de instrumentos financeiros, a Sociedade busca permanentemente monitorar seus principais riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Sociedade estão apresentados a seguir:

Classificação	31/12/2018		31/12/2017		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa		45	45	7.063	7.063
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	47.479	47.479	53.410	53.410
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Custo amortizado	5.462	5.462	15.002	15.002
Partes relacionadas	Custo amortizado	21.427	21.427	1.043	1.043

21.2. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Sociedade não aplica em derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Sociedade está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Sociedade.

Com a aquisição pela VINCI do controle acionário da Sociedade, a Administração passou a contar com o suporte financeiro relevante até que o resultado das reformulações e reestruturações das suas operações alcancem os objetivos esperados.

b) Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção.

c) Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Sociedade gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

21.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

As análises são feitas através da elaboração de um fluxo de caixa detalhado, alinhado com o plano de negócios, que é monitorado tempestivamente pela Administração.

21.4. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos pelo valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. Os saldos de equivalentes de caixa, mensurados ao valor justo, são classificados como nível 2.

22. FIANÇAS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade possuía fianças bancárias contratadas para garantia de processos judiciais nos montantes de R\$75.502 e R\$35.152, respectivamente.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$13.470 e R\$2.000, respectivamente, para responsabilidade civil.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Sociedade em 5 de agosto de 2019.